

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]

ANEXO III – INFRAÇÕES E PENALIDADES

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [●]**

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. DISPOSIÇÕES GERAIS	3
3. MULTA	5
4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9
5. PROCEDIMENTO.....	11
6. VALORES DE MULTAS.....	13
7. CONDUTAS IRREGULARES.....	14

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

1. APRESENTAÇÃO

1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento e os valores estabelecidos no presente ANEXO, observadas as normas gerais do CONTRATO, e, desde que respeitadas tais disciplinas, a legislação aplicável e o disposto na REGULAÇÃO da AGÊNCIA REGULADORA.

1.1.1. A edição de normas pela AGÊNCIA REGULADORA que venham a dispor ou complementar a matéria de infrações e penalidades que possam ser aplicadas em relação ao CONTRATO deverá assegurar a compatibilidade com este ANEXO e ser submetida ao controle social, nos termos da REGULAÇÃO, garantida a participação da CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no item 7.5 deste ANEXO.

1.1.2. As tipificações e penalidades previstas neste ANEXO serão aplicáveis às condutas da CONCESSIONÁRIA posteriormente à DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

1.1.3. A ARSESP poderá, além de aplicar a penalidade à CONCESSIONÁRIA após o devido processo legal, exigir a devolução de eventual benefício financeiro que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido, ainda que em forma de economia, em razão da prática de ato tido como infração, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.

1.2. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva regular as penalidades aplicáveis no âmbito do CONTRATO, tipificar as infrações contratuais e detalhar o procedimento administrativo de aplicação das penalidades contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Estadual n.º 10.177/1998, observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente.

1.3. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no CONTRATO e demais ANEXOS, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e na REGULAÇÃO da AGÊNCIA REGULADORA.

1.4. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste ANEXO, a AGÊNCIA REGULADORA poderá aplicar, na forma do CONTRATO e demais ANEXOS, o desconto tarifário por meio do FATOR X, FATOR P, FATOR U e/ou do FATOR Q, os quais não se submetem ao regramento do presente ANEXO.

1.5. As disposições do presente ANEXO prevalecem sobre as normas da AGÊNCIA REGULADORA relativas a infrações e à aplicação de penalidades, incluindo, sem limitação, a [Deliberação ARSESP nº 1.600/2024/Resolução ARES-PCJ nº 71/2014], bem como quaisquer normas que venham a alterá-las, complementá-las ou substituí-las.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração dentre as previstas neste ANEXO, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

2.2. Nas infrações que comprovadamente decorram de força maior, caso fortuito e/ou configurem inexigibilidade de conduta diversa, ou de riscos alocados à SUB-URAE no CONTRATO, não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA, desde que o evento alheio à culpa e responsabilidade da CONCESSIONÁRIA seja a razão direta e imediata da conduta infracional.

2.2.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de força maior e/ou caso fortuito, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

2.2.2. Para os fins de aplicação das penalidades, sem prejuízo do disposto subsidiariamente na REGULAÇÃO, considera-se:

2.2.2.1. Força maior e caso fortuito: evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO; e

2.2.2.2. Inexigibilidade de conduta diversa: situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO, CONTRATO, e/ou na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

2.3. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades previstas neste ANEXO, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, sem prejuízo da aplicação da penalidade pelo cometimento da infração constatada, a AGÊNCIA REGULADORA, a seu critério, poderá conceder novo prazo para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, além daquele originariamente previsto, que seja tecnicamente compatível para a realização da obra, serviço, atividade e/ou conduta não executado(s).

2.3.1. O não cumprimento da obrigação no novo prazo estipulado implicará a incidência de multa moratória à razão de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor da penalidade aplicada, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo originalmente estabelecido, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

2.3.1.1. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação não cumprida.

2.3.2. Decorrido o prazo assinalado pela AGÊNCIA REGULADORA, com a correção da irregularidade apontada, a penalidade aplicável pela AGÊNCIA REGULADORA restringir-se-á ao valor previsto neste ANEXO, sem a incidência da multa moratória

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

descrita no item 2.3.1.

2.4. Consideram-se infrações por mora aquelas que decorram do descumprimento de cronogramas ou de datas objetivamente estabelecidos no CONTRATO, ANEXOS e nos planos previstos.

2.4.1. As infrações por mora perdurarão até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora, observando-se, para sua determinação, o disposto nos itens 2.3.1 e 2.3.1.1.

2.5. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, dados e documentos relacionados às penalidades aplicadas pela AGÊNCIA REGULADORA e respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados no SISTEMA INFORMATIZADO.

2.5.1. A CONCESSIONÁRIA poderá, mediante solicitação, fornecer acesso ao SISTEMA INFORMATIZADO aos seus financiadores.

3. MULTA

3.1. Serão aplicadas multas em consequência de infrações praticadas pela CONCESSIONÁRIA às Cláusulas contidas no CONTRATO e ANEXOS, de acordo com as regras previstas no presente ANEXO, observado o disposto nas Cláusulas 34 e 36 do CONTRATO e, subsidiariamente, na REGULAÇÃO.

3.2. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação prevista no CONTRATO ou nos seus ANEXOS, para a qual não houver cominação de multa específica, esta será calculada usando como referência os valores previstos para infrações similares tipificadas como condutas irregulares neste ANEXO.

3.3. A determinação do valor da multa, na hipótese prevista no item 3.2, será feita sempre respeitando os valores mínimos e máximos previstos neste ANEXO, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante observância dos seguintes critérios, quando cabíveis:

- i. A natureza e a gravidade da infração;
- ii. A presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- iii. O dano resultante à AGÊNCIA REGULADORA, à SUB-URAE, ao SERVIÇO ou aos USUÁRIOS;
- iv. As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. A adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. A situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO;

- vii. Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA; e
- viii. Implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

3.4. O valor da multa, definido nas condutas irregulares deste ANEXO ou através da sistemática do item 3.3, poderá ser aumentado ou reduzido, em razão da presença das circunstâncias agravantes e atenuantes.

3.4.1. São consideradas circunstâncias atenuantes, sem prejuízo de outras previstas na REGULAÇÃO da AGÊNCIA REGULADORA:

- i. Reconhecimento, no prazo de apresentação de defesa administrativa e em substituição a ela, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante;
- ii. Reconhecimento, antes da prolação de decisão condenatória, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor estabelecido para a multa, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante;
- iii. Reconhecimento, após decisão condenatória e antes da prolação de decisão em sede de recurso administrativo, do cometimento da infração objeto da apuração, bem como de sua responsabilidade: redução de 10% (dez por cento) sobre o valor da multa constante da decisão condenatória, desde que a CONCESSIONÁRIA pague espontaneamente a multa após a determinação do seu montante.

3.4.1.1. A CONCESSIONÁRIA poderá optar pelo pagamento espontâneo da multa e de seu respectivo montante, sem que tal pagamento implique reconhecimento da infração, desde que, em qualquer das hipóteses previstas no item 3.4.1, haja renúncia expressa, por parte da CONCESSIONÁRIA, a qualquer questionamento posterior, em todas as esferas e instâncias competentes.

3.4.2. São consideradas circunstâncias agravantes, sem prejuízo de outras previstas na REGULAÇÃO da AGÊNCIA REGULADORA:

- i. Infração cometida mediante fraude ou má-fé: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor-base estabelecido para a multa;
- ii. O cometimento da infração com geração de danos aos USUÁRIOS, aos

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

SERVIÇOS ou aos BENS VINCULADOS, apesar de recomendação formal da AGÊNCIA REGULADORA no sentido da adoção de condutas destinadas à mitigação do risco de tais danos: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;

- iii. Exposição de terceiros ao risco de integridade física: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
 - iv. Destruição de bens públicos: acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
 - v. A prática de infração para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outra infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base estabelecido para a multa;
 - vi. Ocorrência de danos irreversíveis aos SERVIÇOS e/ou aos USUÁRIOS em decorrência da infração: acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor-base estabelecido para a multa;
- 3.4.3. As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias atenuantes e agravantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa abstratamente previsto para a infração concretamente praticada.
- 3.4.4. Não poderão ser reconhecidas, cumulativamente, as seguintes situações agravantes e/ou atenuantes:
- i. A atenuante prevista no item 3.4.1, inciso iii, cumulativamente com a agravante prevista no item 3.4.2, inciso iii, prevalecendo a agravante;
 - ii. Quaisquer das atenuantes previstas no item 4.3.1, incisos i, ii ou iii, cumulativamente com alguma das agravantes previstas no item 3.4.2, incisos i ou v, prevalecendo a(s) agravante(s).
- 3.4.5. Se ocorrer, simultaneamente, mais de uma circunstância agravante, ou a cumulação destas com as atenuantes, os percentuais correspondentes serão somados ou subtraídos, aplicando-se o saldo líquido das circunstâncias agravantes e atenuantes.
- 3.4.6. A eficácia das atenuantes previstas no item 3.4.1 fica condicionada ao pagamento espontâneo, pela CONCESSIONÁRIA, da multa definitivamente calculada e aplicada ao término do devido processo administrativo.
- 3.4.6.1. O descumprimento do prazo estabelecido para o pagamento da multa, sem o seu adimplemento integral e incondicional, acarretará a desconsideração da atenuante aplicada, bem como a adoção das medidas legais e/ou contratuais cabíveis para a cobrança do valor devido.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

3.4.7. A AGÊNCIA REGULADORA poderá, na REGULAÇÃO, prever novas circunstâncias agravantes ou atenuantes, desde que precedida de consulta pública à edição da respectiva norma, observadas as seguintes diretrizes:

- i. As circunstâncias atenuantes deverão fundamentar-se no reconhecimento de evento de menor gravidade ou de conduta de menor reprovabilidade da CONCESSIONÁRIA, no estímulo à adoção de medidas de correção da irregularidade ou de mitigação de danos, ou na adoção de medidas voltadas à redução da litigiosidade processual, sendo que a redução do valor da multa não poderá superar o patamar de 30% (trinta por cento), observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente aplicável à matéria;
- ii. As circunstâncias agravantes deverão fundamentar-se no reconhecimento de evento de maior gravidade ou de conduta de maior reprovabilidade da CONCESSIONÁRIA, ou na caracterização de condutas voltadas a ilegitimamente impedir a conclusão do processo sancionatório ou a aplicação da respectiva penalidade, sendo que a elevação do valor da multa não poderá superar o patamar de 30% (trinta por cento), observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente aplicável à matéria.

3.5. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento em até 10 (dez) dias úteis contados da intimação para pagamento, em favor da CONTA SALDO, a fim de contribuir para a modicidade das tarifas cobradas dos USUÁRIOS, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório.

3.5.1. A não realização do pagamento acarretará a reclamação de sinistro em face da seguradora, sem prejuízo da aplicação das demais medidas cabíveis.

3.5.2. O não pagamento de multa aplicada à CONCESSIONÁRIA no prazo estipulado neste ANEXO importará na incidência automática de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e na correspondente correção monetária pelo IPCA/IBGE, *pro rata die*, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento.

3.5.2.1. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente, sem prejuízo da inscrição do débito inadimplido no CADIN estadual e na Dívida Ativa, e da adoção de medidas para sua cobrança, administrativa ou judicial.

3.5.3. O não recolhimento de qualquer multa devida, nos termos e prazo fixados, caracterizará falta grave, ensejando a execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos da Cláusula 14 do CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das demais medidas cabíveis.

3.5.4. A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que, se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a AGÊNCIA REGULADORA poderá

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitadas as normas previstas na Lei Estadual nº 10.177/1998, observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente aplicável à matéria.

4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4.1. O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta do ESTADO e dos MUNICÍPIOS e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos poderão ser aplicadas, respeitadas as regras legais de competência, no caso de práticas reiteradas de infrações contratuais ou regulamentares, bem como no caso de infrações que causem grave lesão ao interesse público, além das situações previstas na legislação e nas normas aplicáveis, destacando-se aquelas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando conduzirem à declaração da caducidade da CONCESSÃO, considerando-se, ainda, as seguintes circunstâncias, com vistas à garantia dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- i. A natureza e a gravidade da infração;
- ii. A presença de dolo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos;
- iii. O dano resultante à AGÊNCIA REGULADORA, à SUB-URAE, ao SERVIÇO ou aos USUÁRIOS;
- iv. As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- v. A adoção de medidas pela CONCESSIONÁRIA para minimizar os danos causados pela infração;
- vi. A situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO;
- vii. Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA; e
- viii. Implantação ou aperfeiçoamento do PLANO DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE.

4.2. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta do ESTADO e dos MUNICÍPIOS será aplicada pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

4.4. Será admitida a reabilitação da CONCESSIONÁRIA, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos, nos termos do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 4.4.1. Comprovação da reparação integral do dano eventualmente causado à Administração Pública;
- 4.4.2. Comprovação do pagamento integral da multa aplicada;
- 4.4.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano, contado da aplicação da penalidade, na hipótese de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos, na hipótese de declaração de inidoneidade;
- 4.4.4. Cumprimento integral das condições de reabilitação estabelecidas no ato que aplicou a penalidade; e
- 4.4.5. Prévia análise jurídica, com manifestação conclusiva quanto ao atendimento dos requisitos previstos neste item.

4.5. A reabilitação ficará condicionada, adicionalmente, à comprovação da implantação ou do aperfeiçoamento do PROGRAMA DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE, nos termos da regulamentação aplicável, nas hipóteses em que a aplicação da penalidade for decorrente das seguintes infrações:

- 4.5.1. Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestação de declaração falsa durante a licitação ou execução contratual; ou
- 4.5.2. Prática de ato lesivo à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

4.6. As multas aplicáveis às infrações de natureza continuada incidirão da data de início do descumprimento da obrigação até a data de retomada do cumprimento da obrigação, ou da data de decurso do prazo fixado, contratualmente ou por determinação da AGÊNCIA REGULADORA, até a data em que seja verificado o adimplemento da obrigação ou o atendimento da determinação, sem necessidade de nova intimação para tanto.

- 4.6.1. Para efeito de cessação do cômputo da multa aplicável às infrações de natureza continuada, caberá à CONCESSIONÁRIA comunicar à AGÊNCIA REGULADORA a retomada do cumprimento da obrigação contratual ou o atendimento da determinação fixada, apresentando provas inequívocas dos fatos alegados, mediante o encaminhamento de relatórios que contenham laudos, inclusive fotográficos, se necessário, ou por outros meios aptos à comprovação das informações apresentadas.
- 4.6.2. Nas infrações com multas de incidência mensal, a fração de mês será considerada como mês integral:
 - i. independentemente do número de dias, no primeiro mês em que ocorrer a infração;

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

- ii. se igual ou superior a 15 (quinze) dias, nos demais meses.

5. PROCEDIMENTO

5.1. A apuração das infrações, aplicação das penalidades ou de quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO e neste ANEXO serão precedidas de processos administrativos regidos pela Lei Estadual nº 10.177/1998, observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente aplicável à matéria, bem como seguirão o regramento estabelecido no presente ANEXO e, subsidiariamente, na REGULAÇÃO da AGÊNCIA REGULADORA, sem prejuízo da aplicação do CONTRATO e demais ANEXOS, quando cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.1. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da CONCESSIONÁRIA pela AGÊNCIA REGULADORA, devidamente instruída, com cópia de documento que conste a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente aplicável à matéria.

5.1.2. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo agente fiscalizador poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionatório, sendo devolvido o prazo de defesa da CONCESSIONÁRIA, caso do saneamento resulte alguma nova informação de natureza fática.

5.2. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório:

- i. De casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, caso em que a dosimetria para a eventual aplicação de penalidade considerará o número de infrações cometidas; e
- ii. De fatos identificados em um mesmo MUNICÍPIO, ao longo de um mesmo procedimento de fiscalização pela AGÊNCIA REGULADORA, ainda que envolvendo infrações de tipificação distinta.

5.2.1. Na hipótese de cumulação de infrações em um mesmo processo administrativo sancionatório, a verificação das circunstâncias atenuantes e agravantes previstas neste ANEXO, caso alegadas em defesa prévia por parte da CONCESSIONÁRIA, será considerada separadamente por infração.

5.2.2. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e/ou agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, a AGÊNCIA REGULADORA poderá aplicar as penalidades separadamente.

5.3. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a AGÊNCIA REGULADORA poderá, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório.

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

5.4. Citada mediante recibo ou por meio eletrônico, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual nº 10.177/1998, observada eventual disciplina legal ou regulamentar superveniente aplicável à matéria, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

5.5. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, intimando-se a CONCESSIONÁRIA.

5.5.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo, ou enviada eletronicamente, sem prejuízo de outros meios previstos na REGULAÇÃO da AGÊNCIA REGULADORA.

5.5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto à AGÊNCIA REGULADORA o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer citações, notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

5.6. Verificada a aplicação de multa por órgão(s) municipal(is) competente(s) em razão de determinado fato, eventual multa aplicada pela AGÊNCIA REGULADORA pelo mesmo fato somente poderá ser imposta de forma complementar, até o valor máximo de multa previsto neste ANEXO, vedada sua superação.

5.7. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pela AGÊNCIA REGULADORA, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior àquela que proferiu a decisão, no âmbito da AGÊNCIA REGULADORA, observado o disposto nos artigos 40 e 47, § 2º da Lei Estadual nº 10.177/1998.

5.7.1. O prazo previsto no item 5.7 aplica-se aos pedidos de reconsideração, passíveis de apresentação uma única vez, exclusivamente nas hipóteses previstas no artigo 42, da Lei Estadual nº 10.177/1998.

5.8. O cumprimento das penalidades impostas pela AGÊNCIA REGULADORA não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas no CONTRATO e ANEXOS, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados à AGÊNCIA REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE, aos seus empregados, aos USUÁRIOS ou a terceiros, em decorrência das atividades relacionadas à CONCESSÃO.

5.8.1. A regularização das faltas apontadas por ocasião da fiscalização não afasta a configuração do descumprimento e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos no CONTRATO, nos ANEXOS e, subsidiariamente, na REGULAÇÃO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

5.9. Salvo disposição específica, os prazos serão contados consecutivamente excluindo o dia do

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

começo e incluindo o dia do vencimento, sendo que o vencimento do prazo em dia em que não houver expediente no órgão fiscalizador acarretará sua prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.

- 5.9.1. Salvo nos casos expressamente previstos no CONTRATO, só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou entidade.
- 5.9.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se, no dia do vencimento, o expediente for encerrado antes do horário normal.
- 5.9.3. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.
- 5.9.4. Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediatamente seguinte, se faltar exata correspondência.
- 5.9.5. Será considerado “mês”, para os fins deste ANEXO, o período contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte, na forma prevista na Lei Federal nº 810/1949, em vigor.

6. VALORES DE MULTAS

6.1. As infrações classificam-se em categorias, conforme sua gravidade, às quais se aplicam as seguintes penalidades e/ou consequências regulatórias contratuais:

I. Advertência; e

II. Multa:

- (a) Grupo I: até 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do faturamento líquido anual da CONCESSIONÁRIA;
- (b) Grupo II: até 0,1% (zero vírgula um por cento) do faturamento líquido anual da CONCESSIONÁRIA; e
- (c) Grupo III: até 1,0% (um por cento) do faturamento líquido anual da CONCESSIONÁRIA; e
- (d) Grupo IV: até 2,0% (dois por cento) do faturamento líquido anual da CONCESSIONÁRIA.

6.2. Para fins de definição dos valores das multas, o faturamento líquido anual a ser considerado:

- i. Será o total auferido pela CONCESSIONÁRIA, caracterizado pelas receitas brutas do último exercício fiscal oriundas da RECEITA TARIFÁRIA, deduzidos os tributos incidentes; ou
- ii. Quando a conduta for vinculada a MUNICÍPIO e/ou recorte territorial (urbano formal, urbano informal consolidado e rural) específico, será aquele obtido na área de atuação do prestador no MUNICÍPIO e/ou recorte territorial em que ocorreu a irregularidade.

6.3. A aplicação da penalidade de advertência, após decisão comunicada à CONCESSIONÁRIA,

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

consistirá no registro da não-conformidade.

6.4. O valor total das multas aplicadas em decisão definitiva, assim entendida a decisão da qual não caiba recurso administrativo próprio no âmbito do processo administrativo na AGÊNCIA REGULADORA, decorrentes de infrações praticadas em um mesmo mês civil, não poderá exceder 5% (cinco por cento) do faturamento médio mensal da CONCESSIONÁRIA, conforme balanço do último exercício social.

6.5. A superação do limite previsto no item 6.4 por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, durante o ano civil, poderá importar na instauração de processo de caducidade do CONTRATO.

7. CONDUTAS IRREGULARES

7.1. Constitui infração passível da aplicação da penalidade de advertência a prática de infrações enquadradas no Grupo I, desde que, cumulativamente:

- i. A CONCESSIONÁRIA reconheça a prática de infração e a sua responsabilidade;
- ii. A CONCESSIONÁRIA comprove, no prazo para apresentação da defesa prévia, já ter regularizado a conduta, observando o prazo exigido pela AGÊNCIA REGULADORA quando da fiscalização, se o caso; e
- iii. A CONCESSIONÁRIA não seja reincidente na conduta infracional, na forma disciplinada nos itens 7.1.1 a 7.1.2.

7.1.1. Considera-se reincidência, para fins deste ANEXO, a prática de uma mesma infração, dentro do período de 12 (doze) meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, conforme registrado no TERMO DE FISCALIZAÇÃO.

7.1.1.1. Somente serão consideradas, para fins de caracterização de reincidência, as infrações cometidas pela CONCESSIONÁRIA a partir da DATA DE EFICÁCIA, nos termos da tipificação definida por este ANEXO.

7.1.2. Para fins de caracterização da reincidência, é desnecessário que, à época da prática da infração reincidente, tenha havido condenação, ou mesmo instauração de processo administrativo sancionatório, referente à infração anterior.

7.1.2.1. A condenação em sede administrativa pela infração anterior é condição para a definitividade da atribuição da condição de reincidente na infração posterior, e consequente exigibilidade da multa prevista no item 7.2.

7.1.2.2. Se, quando da aplicação da penalidade da infração posterior, a condenação pela infração anterior não for definitiva na esfera administrativa, será considerada, a título precário, a atribuição do caráter de reincidente na infração posterior, para os fins do item 7.2,

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

cujos efeitos deverão ser automaticamente desconsiderados, independentemente de solicitação expressa da CONCESSIONÁRIA, na hipótese de não mais subsistir, a qualquer momento e por qualquer razão, a condenação pela infração anterior.

7.1.2.3. O procedimento para compensação decorrente da posterior exclusão da agravante, no caso de não subsistir mais a condenação pela infração anterior, iniciar-se-á de imediato assim que tal fato for constatado pela AGÊNCIA REGULADORA ou apontado pela CONCESSIONÁRIA.

7.2. Constitui infração sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo I:

- i. Não manter acessível à AGÊNCIA REGULADORA o cadastro relativo a cada unidade operacional de tratamento de água e de esgoto, com informações que permitam a identificação da quantidade e da qualidade da água captada, tratada, aduzida, reservada, distribuída e faturada para abastecimento de água e do esgoto coletado, recalcado, tratado e lançado no meio ambiente, bem como suas localizações, seus equipamentos, sua paralisação ou desativação e quaisquer outros dados exigidos por lei, regulamento ou CONTRATO.
- ii. Não manter à disposição dos USUÁRIOS, pelo sítio na Internet e nos locais de atendimento ao público, exemplares do Código de Defesa do Consumidor, de Portaria do Ministério da Saúde que disponha sobre os padrões de potabilidade da água e do manual sobre as condições gerais de prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e de coleta de esgoto;
- iii. Não divulgar, mediante publicação na imprensa de grande circulação, ou não colocar à disposição dos USUÁRIOS nos postos de atendimento e no sítio eletrônico da CONCESSIONÁRIA, as tabelas de TARIFAS DE APLICAÇÃO;
- iv. Não prestar, sem justa causa, e mediante comprovação por meio de protocolo fornecido pela CONCESSIONÁRIA, informações solicitadas pelos USUÁRIOS, com exceção daquelas protegidas por sigilo em razão de estratégia empresarial ou de segurança, no prazo estabelecido em lei, regulamento, CONTRATO ou, não havendo previsão nestes instrumentos, no prazo máximo previsto na REGULAÇÃO;
- v. Não manter atualizado junto à AGÊNCIA REGULADORA e à SUB-URAE o endereço completo da sede e regionais e dos respectivos meios de comunicação que possibilitem fácil acesso à empresa;
- vi. Não disponibilizar aos USUÁRIOS serviços de acesso à empresa por meio de sítio na Internet e atendimento telefônico;
- vii. Não manter registro atualizado das reclamações e solicitações dos USUÁRIOS, com anotação da data, do motivo, do valor cobrado e da execução do serviço, bem como não informar ao interessado, no prazo definido nas normas pertinentes e no

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONTRATO, as providências adotadas;

- viii. Não restituir ao USUÁRIO os valores comprovadamente recebidos indevidamente, nos prazos estabelecidos em lei, regulamento ou CONTRATO ou, não havendo previsão nestes instrumentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da comunicação do USUÁRIO ou da efetiva apuração da ocorrência pela CONCESSIONÁRIA, respeitadas as circunstâncias em que o valor deva ser devolvido em dobro, na forma da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e da REGULAÇÃO;
- ix. Não fazer constar da fatura de água e esgoto, de forma destacada, o número telefônico e sítio na Internet da CONCESSIONÁRIA para atendimento aos USUÁRIOS;
- x. Não atender às reclamações e pedidos de serviços nos prazos e condições estabelecidos em lei, regulamento ou CONTRATO ou, não havendo previsão nestes instrumentos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do protocolo de recebimento;
- xi. Não realizar leitura e faturamento de acordo com o disposto no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;
- xii. Não comunicar, imediatamente após a comprovada ciência, aos órgãos competentes, a descoberta de materiais ou objetos estranhos às obras, que possam ser de interesse geológico ou arqueológico;
- xiii. Não instalar equipamentos de medição de água nas unidades produtoras de água e usuárias, salvo nos casos específicos excepcionados em lei, regulamento ou CONTRATO; e
- xiv. Não manter registro, controle e inventário físico dos BENS VINCULADOS no SISTEMA INFORMATIZADO, nos termos do CONTRATO.

7.3. Constitui infração sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo II:

- i. Suspender a prestação dos SERVIÇOS enquanto a reclamação do USUÁRIO, comunicada à CONCESSIONÁRIA, estiver sendo objeto de análise por parte da AGÊNCIA REGULADORA, quando aplicável, observado o disposto no artigo 33, §1º da Lei nº 10.177/1998;
- ii. Não proceder ao prévio aviso para a suspensão ou interrupção do abastecimento de água, nos termos do REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;
- iii. Não disponibilizar SISTEMA INFORMATIZADO com informações operacionais, tanto dos dados históricos quanto com informações "online" e "real time" dos SERVIÇOS, à AGÊNCIA REGULADORA, à SUB-URAE, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e à EMPRESA AVALIADORA, incluindo informações verossímeis e corretas, demonstrativos e/ou relatórios, no prazo exigido, que permitam o acompanhamento de dados referentes aos serviços correspondentes às funções operacionais,

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

conforme estabelecido em CONTRATO e ANEXOS;

- iv. Não manter dados atualizados ou não cumprir com os requisitos mínimos definidos para o sistema de encaminhamento automático de informações aos sistemas de auditoria da AGÊNCIA REGULADORA, de acordo com prazos e etapas dos cronogramas estabelecidos e em conformidade com o CONTRATO e ANEXOS;
- v. Não comunicar previamente a estabelecimentos de saúde, instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas, bem como à SUB-URAE e à AGÊNCIA REGULADORA a data prevista para o corte, interrupção ou restrição do fornecimento de água ou coleta de esgoto, com exposição de motivos;
- vi. Não zelar pela integridade dos BENS VINCULADOS à prestação dos SERVIÇOS;
- vii. Não fazer a contabilidade em conformidade com as regras estabelecidas por lei, regulamento ou CONTRATO;
- viii. Não remeter à AGÊNCIA REGULADORA ou à SUB-URAE, no prazo estabelecido, os dados classificados previamente pelo solicitante como críticos, justificadamente, acompanhados das informações e documentos solicitados, caso a conduta não caracterize outra infração mais grave, prevista neste ANEXO ou na REGULAÇÃO;
- ix. Não remeter à AGÊNCIA REGULADORA ou à SUB-URAE, no prazo estabelecido ou, à falta deste, no prazo de 7 (sete) dias previsto pelo artigo 32, VI, da Lei Estadual nº 10.177/1998, os dados não classificados previamente pelo solicitante como críticos, acompanhados das informações e documentos solicitados, caso a conduta não caracterize outra infração mais grave, prevista neste ANEXO ou na REGULAÇÃO;
- x. Não cumprir determinação da AGÊNCIA REGULADORA no prazo estabelecido ou, à falta deste, no prazo de 7 (sete) dias previsto pelo artigo 32, VI, da Lei Estadual nº 10.177/1998;
- xi. Criar óbices ou resistência injustificada à realização de fiscalizações pela AGÊNCIA REGULADORA;
- xii. Não comunicar à AGÊNCIA REGULADORA, à SUB-URAE e aos USUÁRIOS quaisquer circunstâncias que afetem a qualidade, continuidade, eficiência, segurança, que atinjam os USUÁRIOS ou impliquem na modificação das condições de prestação dos SERVIÇOS, nos prazos previstos no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS;
- xiii. Efetuar cessão ou transferência de unidades operacionais e seus respectivos terrenos, a qualquer título, bem como dar em garantia estes bens, sem prévia autorização da AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do CONTRATO;
- xiv. Não instituir a Ouvidoria ou a Comissão de Ética, nos termos da Lei Estadual nº 10.294/1999, ou não lhes dar condições de funcionamento adequado;
- xv. Deixar de realizar e disponibilizar à SUB-URAE, à AGÊNCIA REGULADORA e aos

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

USUÁRIOS, a pesquisa de satisfação dos usuários, nos termos de lei, regulamento ou CONTRATO;

- xvi. Não executar as obras de reparação do pavimento das vias públicas e dos passeios, reinstalar o mobiliário urbano e a sinalização viária horizontal e vertical, conforme as diretrizes, especificações técnicas e prazos estabelecidos nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS, bem como nas normas municipais ou nos regulamentos;
- xvii. Não executar adequado acompanhamento das obras e INVESTIMENTOS durante sua realização, com limpeza do canteiro de obras, sinalização informativa e controle de entulhos;
- xviii. Realizar novas LIGAÇÕES de esgotos sanitários cujo lançamento se dê na rede de galerias de águas pluviais;
- xix. Deixar de cumprir os prazos regulamentares para viabilizar o licenciamento dos INVESTIMENTOS pela CONCESSIONÁRIA;
- xx. Deixar de operar adequadamente, nos termos do CONTRATO, da REGULAÇÃO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, bem como no ANEXO II, as SOLUÇÕES ALTERNATIVAS adotadas por USUÁRIOS em áreas implantadas, salvo na hipótese de recusa do USUÁRIO pelo atendimento da CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO;
- xxi. Deixar de contratar a EMPRESA AVALIADORA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos e condições previstos no ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE;
- xxii. Deixar de apresentar, até [●], a contabilidade regulatória, nos termos previstos no CONTRATO;
- xxiii. Deixar de apresentar, até [●], o PLANO DE LICENCIAMENTOS, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES;
- xxiv. Não disponibilizar à AGÊNCIA REGULADORA o histograma de consumo trimestral, nos termos do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO; e
- xxv. Deixar de encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA o resultado das medições realizadas quanto à qualidade da água tratada ou do esgotamento sanitário tratado, independentemente da superação do número mínimo de medições exigidas no CONTRATO ou na legislação aplicável.

7.4. Constitui infração sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo III:

- i. Não realizar as obras necessárias à prestação de serviço adequado, assim como não manter e operar satisfatoriamente as instalações e os equipamentos correspondentes, nos termos e condições previstos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO, bem como de suas posteriores revisões e alterações;

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

- ii. Não efetuar, nos prazos estabelecidos, reparos, melhoramentos, substituições e modificações, de caráter urgente, nas instalações;
- iii. Não comunicar à AGÊNCIA REGULADORA e às autoridades competentes de meio ambiente, gestão de recursos hídricos e sanitárias, imediatamente após comprovada ciência, os acidentes de contaminação e as alterações de padrão que afetem a qualidade da água;
- iv. Não comunicar aos USUÁRIOS, tão logo ocorra a comprovada ciência, qualquer anormalidade no padrão de qualidade da água potável que possa colocar em risco a sua saúde;
- v. Não realizar controle de qualidade da água tratada distribuída à população de acordo com as disposições do Ministério da Saúde;
- vi. Na hipótese de fornecimento de água por atacado para terceiros, interromper o fornecimento ou reduzi-lo em volume inferior ao ajustado contratualmente pelas partes, sem aviso prévio aos contratantes;
- vii. Estabelecer medidas e procedimentos de racionamento no abastecimento de água sem a prévia autorização da autoridade gestora de recursos hídricos e prévia comunicação à AGÊNCIA REGULADORA;
- viii. Interromper o abastecimento de água ou a coleta de esgotos por motivos relacionados a falhas dos SERVIÇOS ou à manutenção deficiente dos sistemas e instalações, que afete:

Município com menos de 30.000 habitantes:	Mais de 600 usuários ou mais que 20% dos usuários do município
Município entre 30.000 e 100.000 habitantes:	Mais de 2.000 usuários
Município entre 100.000 e 200.000 habitantes:	Mais de 4.000 usuários
Município com mais de 200.00 habitantes:	Mais de 10.000 usuários

- ix. Em caso de interrupções de SERVIÇOS, não prestar mecanismo alternativo de abastecimento da população;
- x. Praticar TARIFAS DE APLICAÇÃO, caso aplicável, e OUTROS PREÇOS em valores superiores àqueles autorizados pela AGÊNCIA REGULADORA;
- xi. Praticar descontos tarifários em desacordo com o estabelecido em lei, regulamento

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

ou CONTRATO;

- xii. Não informar à AGÊNCIA REGULADORA e à SUB-URAE a obtenção de RECEITAS ADICIONAIS, RECEITAS COMPLEMENTARES ou decorrentes de PROJETOS ASSOCIADOS, bem como deixar de identificar os custos compartilhados com o objeto principal do contrato, por meio da contabilidade regulatória, nos termos do CONTRATO;
- xiii. Fornecer informação falsa à AGÊNCIA REGULADORA, à EMPRESA AVALIADORA, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, à SUB-URAE, ao ESTADO, aos MUNICÍPIOS ou aos USUÁRIOS;
- xiv. Não fornecer água, através do sistema público de abastecimento, dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos em legislação específica do Ministério da Saúde;
- xv. Realizar o despejo de esgotos, após o tratamento, em condições inferiores aos padrões exigidos pelos planos de saneamento e pelos órgãos ambientais, observada a margem de tolerância admitida;
- xvi. Não submeter à prévia aprovação da AGÊNCIA REGULADORA a alteração do estatuto social e a transferência de ações que impliquem transferência do CONTROLE direto;
- xvii. Não remeter à AGÊNCIA REGULADORA ou à SUB-URAE, no prazo estabelecido ou, à falta deste, no prazo de 7 (sete) dias previsto pelo artigo 32, VI, da Lei Estadual n.º 10.177/1998, os dados classificados previamente pelo solicitante como críticos, acompanhados das informações e documentos solicitados;
- xviii. Deixar de cumprir os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, nos termos previstos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO; e
- xix. Adotar medidas de gestão de perdas de água tratada, através de redução da pressão nos ramais do sistema de distribuição de água, que resulte em desabastecimento de USUÁRIOS, salvo em hipóteses excepcionais devidamente justificadas, que atendam aos requisitos estabelecidos na REGULAÇÃO.

- 7.4.1. Para fins do inciso “xv” deste item, nos casos em que houver a definição de padrões mais restritivos, deverá ser concedido prazo razoável e suficiente para que a CONCESSIONÁRIA se adeque.

7.5. Constitui infração sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

- i. Não atendimento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA E PERDAS, nos termos do ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.

7.6. A AGÊNCIA REGULADORA poderá, na REGULAÇÃO, após consulta pública, incluir, excluir ou alterar os tipos infracionais descritos nos itens 7.1 a 7.4, independentemente da celebração de

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

termo aditivo ao CONTRATO, desde que observadas as seguintes diretrizes:

- i. Deverão ser qualificadas como infrações sujeitas à penalidade de multa do Grupo I aquelas que disserem respeito a condutas que não cumpram os requisitos exigidos para qualificação como infração sujeita à multa do Grupo II ou do Grupo III;
- ii. Deverão ser qualificadas como infrações sujeitas à penalidade de multa do Grupo II aquelas que representem, ou das quais resulte, algum dos seguintes requisitos:
 - a) Risco à integridade e conservação dos BENS VINCULADOS;
 - b) Risco ao meio ambiente;
 - c) Risco à saúde ou segurança de quaisquer pessoas;
 - d) Óbice ou resistência injustificada ao andamento de fiscalização da AGÊNCIA REGULADORA;
 - e) Descumprimento de determinação da AGÊNCIA REGULADORA;
 - f) Recusa ou omissão de apresentação de informações ou documentos a qualquer pessoa ou autoridade a que esteja obrigada.
- iii. Deverão ser qualificadas como infrações sujeitas à penalidade de multa do Grupo III aquelas que representem, ou das quais resulte, algum dos seguintes requisitos:
 - a) Efetivo dano à saúde humana
 - b) Efetivo dano ao meio ambiente;
 - c) Efetivo dano aos BENS VINCULADOS, à prestação dos SERVIÇOS ou bens de terceiros;
 - d) Violação a direito dos USUÁRIOS;
 - e) Prática comercial ou tarifária contrária às exigências do CONTRATO, dos ANEXOS, da REGULAÇÃO ou da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;
 - f) Risco à continuidade dos SERVIÇOS;
 - g) Descumprimento de prazos ou requisitos exigidos no CONTRATO, nos ANEXOS, na REGULAÇÃO, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ou no PLANO REGIONAL DE SANEAMENTO, quanto aos investimentos e obras previstos ou realizados.

7.7. A decisão final proferida pela AGÊNCIA REGULADORA é definitiva em âmbito administrativo, cabendo às PARTES adotar, quando aplicável, os mecanismos de solução de divergências previstos no CONTRATO.